

Democracia em Portugal 2022

MARCELO CAMERLO
DAVID PIMENTA
JOÃO GABRIEL DE LIMA
LÚCIO HANENBERG
(ORGANIZADORES)

DEMOCRACIA EM PORTUGAL 2022

Caderno do Observatório
da Qualidade da Democracia

Organizadores

Marcelo Camerlo

David Pimenta

João Gabriel de Lima

Lúcio Hanenberg

ICS

Imprensa
de Ciências
Sociais

Imprensa de Ciências Sociais



**Instituto de Ciências Sociais
da Universidade de Lisboa**

Av. Prof. Aníbal de Bettencourt, 9
1600-189 Lisboa – Portugal
Telef. 21 780 4700 – Fax 21 794 0274

www.ics.ulisboa.pt/imprensa
E-mail: imprensa@ics.ul.pt

Instituto de Ciências Sociais – Catalogação na Publicação

Democracia em Portugal 2022 – Caderno do Observatório da Qualidade da Democracia
org. Marcelo Camerlo, David Pimenta, João Gabriel de Lima, Lúcio Hanenberg. – Lisboa:

Imprensa de Ciências Sociais, 2023.

Coleção Observatórios

CDU 321.7

978-972-671-742-3; PDF 978-972-671-743-0



© Instituto de Ciências Sociais, 2023

Capa: Mariana do Vale

Projeto gráfico: Rui Rasquinho

Revisão: António Rodrigues

Impressão e acabamento: Gráfica Manuel Barbosa & Filhos, Lda.

Depósito legal: 513710/23

1.ª edição: Abril de 2023

Índice

Autores e organizadores	15
-------------------------------	----

VOZES

Dez perguntas sobre a qualidade democrática

Entrevista a Leonardo Morlino

Pellegrino Cammino	25
--------------------------	----

O Observatório da Qualidade da Democracia: uma plataforma para o diálogo. Entrevista a Marina Costa Lobo

João Gabriel de Lima	35
----------------------------	----

TRANSVERSALIDADES

ATORES, INSTITUIÇÕES E COMPORTAMENTOS

CAPÍTULO 1 | O regresso das autocracias

António Costa Pinto	45
---------------------------	----

CAPÍTULO 2 | O III governo de António Costa: partidarização e especialização da elite ministerial

André Paris e Pedro Silveira	61
------------------------------------	----

CAPÍTULO 3 | André Ventura, o Chega e o populismo irregular

David Pimenta, Eduardo Gonçalves e José Pedro Zúquete	69
---	----

CAPÍTULO 4 Repensando a representação democrática de interesses do mundo laboral	
Raquel Rego	77
CAPÍTULO 5 Na rota do ódio: um estudo dos comentários sobre política nas redes sociais	
Susana Salgado	83
CAPÍTULO 6 Democracia deliberativa em Portugal: aprendendo com a primeira edição do Conselho de Cidadãos de Lisboa	
Roberto Falanga	89
CAPÍTULO 7 Novos atores políticos, velhas lutas simbólicas	
Filipa Raimundo	105
O MELHOR, O PIOR E O QUE ESTÁ PARA VIR A ANÁLISE DOS POLITÓLOGOS	
CAPÍTULO 8 Descentralização: um ruidoso silêncio e uma silenciosa reforma	
Filipe Teles	115
CAPÍTULO 9 O ano da maioria absoluta: oportunidades e desafios	
Marco Lisi	119
CAPÍTULO 10 Portugal e as suas escolhas	
Luís Lobo-Fernandes	123
CAPÍTULO 11 Os arautos do futuro? Jovens, participação política e democracia em Portugal	
Conceição Pequito Teixeira	127
CAPÍTULO 12 Na bússola da política externa	
Bruno Cardoso Reis	135
CAPÍTULO 13 O sistema partidário em 2022: estabilidade ou mudança?	
Carlos Jalali	139

CAPÍTULO 14 A clareza da sociedade e a ambiguidade do governo face à guerra da Ucrânia	
Madalena Meyer Resende	143
CAPÍTULO 15 A (des)proteção dos direitos humanos em Portugal	
Daniela Nascimento	147
CAPÍTULO 16 Europa, antecâmara da democracia portuguesa?	
Sandrina Antunes	151
CAPÍTULO 17 O estado da democracia portuguesa no rescaldo da pandemia	
Ana Maria Belchior	155
CIÊNCIA POLÍTICA À PORTUGUESA	
MEDIA, ACADEMIA, JOVENS	
CAPÍTULO 18 Politólogos na imprensa escrita	
David Pimenta e Lúcio Hanenberg	165
CAPÍTULO 19 A produção académica em Portugal	
Nelson Santos e Hugo Ferrinho Lopes	171
CAPÍTULO 20 Uma visão dos mais jovens	
David Pimenta e Lúcio Hanenberg	183
Referências bibliográficas	189

Índice de figuras e gráficos

Figuras

2.1	Graus de ligação ao partido	63
2.2	Partidarização vs. especialização (1999-2022)	65
6.1	Mudança de opinião	98
6.2	Tolerância, escuta ativa e capacidade de diálogo	98
6.3	Concordância com as propostas finais	99
6.4	Eficácia das dinâmicas	99
6.5	Utilidade, clareza e suficiência da informação facultada	100
6.6	Satisfação	100
17.1	Percentagem de apoio a diferentes sistemas políticos enquanto melhor forma de governar o país	157
17.2	Percentagem de apoio a sistemas políticos autoritários enquanto melhor forma de governar Portugal, por grupo etário	157
17.3	Índice de democracia na Europa Ocidental e em Portugal	159
17.4	Evolução das categorias do índice de democracia em Portugal	160
19.1	Número de artigos por instituição	174
19.2	Artigos por instituição e quartil	175
19.3	Percentil médio das publicações, por instituição	176
19.4	Colaboração entre pares: número de autores por artigo	177
19.5	<i>Performance</i> qualitativa da produção: artigos por número de autores e quartil	178
19.6	Diferenças de género: artigos por tipo de autores	178
19.7	Artigos publicados, por temática	180
19.8	Produção institucional, por temática	181
20.1	Cartazes políticos integrando os ODS	184
20.2	Inquérito político	186

Gráficos

7.1/7.5	Número de condecorados com a Ordem da Liberdade, por ano e por presidente	108
7.6	Distribuição dos condecorados portugueses com a Ordem da Liberdade, por presidente, em função do seu perfil antes do 25 de Abril	109
11.1	Participação eleitoral em Portugal, por gerações (2022)	130
11.2	Importância atribuída ao exercício do voto em Portugal, por gerações (2022)	130
11.3	Satisfação com o funcionamento da democracia em Portugal, por gerações (2022)	131
11.4	Apoio difuso à democracia enquanto regime político, por gerações (2022)	132
11.5	Apoio ao governo de um líder forte em Portugal, por gerações (2022)	132
11.6	Apoio a um governo de peritos independentes em Portugal, por gerações (2022)	133
18.1	Percentagem de artigos analisados por jornal	167
18.2	Percentagem de artigos de opinião por instituição analisada	168
18.3	Tema do artigo em bloco nacional vs. internacional	168
18.4	Distribuição de artigos por sexo	169

AUTORES E ORGANIZADORES

Ana Maria Belchior é doutorada em Ciência Política e professora associada do Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas do Iscte-IUL e investigadora do CIES-IUL. É também coordenadora do mestrado em Ciência Política no Iscte-IUL. Tem estado envolvida em diversos projetos de investigação relacionados com os temas da democracia, participação política, representação, promessas eleitorais e tomada de decisão política. Publicou os resultados das suas pesquisas em diversas revistas nacionais e internacionais (*Comparative Political Studies*, *International Political Science Review*, *Party Politics*, *South European Society and Politics* ou no *Journal of Legislative Studies*) e em livros e capítulos de livros.

André Paris é doutorando em Política Comparada no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e membro da equipa portuguesa do South European Governments project. Licenciado e mestre em Ciência Política pelo ISCSP-UL, foi investigador visitante no Instituto Carlos III - Juan March de Ciências Sociais (ICJM) da Universidade Carlos III, Madrid entre abril e julho de 2022. Tem como principais interesses de investigação os processos de democratização, os legados autoritários, a direita partidária e os governos e perfis ministeriais em Portugal e na Europa do Sul.

António Costa Pinto é investigador no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e professor catedrático de Ciência Política na Universidade Lusófona. Doutorou-se pelo Instituto Universitário

Europeu (1992, Florença) e agregado pelo Iscte-IUL (1999), foi professor convidado na Universidade de Stanford (1993) e Georgetown (2004) e investigador visitante na Universidade de Princeton (1996), na Universidade da Califórnia-Berkeley (2000 e 2010) e na Universidade de Nova Iorque (2017). Foi presidente da Associação Portuguesa de Ciência Política. Publicou e coorganizou recentemente o *Oxford Handbook of Portuguese Politics* (2022) e o livro *Portugal Since the 2008 Economic Crisis Resilience and Change* (2023).

Bruno Cardoso Reis é doutorado em War Studies pelo King's College. É subdiretor do Centro de Estudos Internacionais do Iscte-IUL e assessor convidado do Instituto da Defesa Nacional, tendo feito parte do grupo de trabalho de revisão do Conceito Estratégico de Defesa Nacional. É investigador associado do M. Howard Center for the History of War, King's College, Reino Unido. É um dos autores do *Oxford Handbook of European Defence Policies*, publicado em 2018.

Carlos Jalali é professor associado com agregação na Universidade de Aveiro, onde dirige o programa doutoral UA-UBI em Ciência Política e coordena a unidade de investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas. É autor de diversos artigos e capítulos em revistas científicas e livros nacionais e internacionais, incluindo o ensaio *Partidos e Sistemas Partidários* (Fundação Francisco Manuel dos Santos).

Conceição Pequito Teixeira é doutorada pelo ISCSP-UL, professora auxiliar no ISCSP-UL, investigadora integrada no CAPP-ISCSP e investigadora convidada no CIES-Iscte. A sua investigação tem incidido no estudo da democracia, partidos e sistemas de partidos; sistemas eleitorais, recrutamento parlamentar e representação política e ainda nas atitudes e comportamentos político dos cidadãos. É *Political Science Research Lead* na TippingUp.

Daniela Nascimento é doutorada em Política Internacional e Resolução de Conflitos pela Universidade de Coimbra, mestre em Direitos Humanos e Democratização pelo Centro Europeu Inter-Universitário de Direitos Humanos e Democratização de Veneza e licenciada em Relações Internacionais pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. É investigadora do Centro de Estudos Sociais,

integrando a Linha Temática Democracia, Justiça e Direitos Humanos, e professora associada no Núcleo de Relações Internacionais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

David Pimenta é doutorando em Política Comparada no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e bolseiro de investigação em Ciência Política na Fundação para a Ciência e a Tecnologia. É investigador no Observatório da Qualidade da Democracia e editor no *Politikon - LAPSS Journal of Political Science*. Anteriormente ocupou diversas funções de gestão em várias organizações. O seu trabalho de investigação atual centra-se em política comparada, nacionalismo e conflitos étnicos.

Eduardo Gonçalves é doutorando em Política Comparada no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e bolseiro de investigação em Ciência Política na Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projecto «*(The Matrix of) Populist and Denialist Attitudes towards Science*». A sua investigação centra-se nos temas de política comparada, populismo e movimentos sociais.

Filipa Raimundo é investigadora no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e professora auxiliar no Iscte-IUL. Doutorada em Ciências Políticas e Sociais pelo Instituto Universitário Europeu, mestre em Política Comparada pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e licenciada em Sociologia, pela Universidade Nova de Lisboa. Foi investigadora e professora convidada no Departamento de Direito, Economia e Governo da Universidade de Utrecht e assistente de investigação no Centro de Estudos Avançados do Instituto Universitário Europeu de Florença. Para além disso, foi investigadora visitante na Universidade de São Paulo, na Universidade de Califórnia em Berkeley, e no Instituto Juan March em Madrid.

Filipe Teles é professor de Ciência Política no Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro e pro-reitor para o desenvolvimento regional e política de cidades. Atual presidente da European Urban Research Association, membro do Steering Committee do Standing Group on Local Government and Politics do ECPR e coordenador da secção de Governança Local

da Associação Portuguesa de Ciência Política. É, também, um dos editores da série Palgrave Studies in Sub-National Governance. Autor de vários livros e artigos científicos, é consultor de diversas instituições internacionais no domínio da governação local.

Hugo Ferrinho Lopes é bolsheiro de doutoramento FCT em Política Comparada no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e investigador do Observatório da Qualidade da Democracia. É também investigador associado do Observatório Político e colaborador do Observatório Permanente da Juventude e do PRAXIS-UBI. Os seus interesses de investigação compreendem as instituições políticas (em particular, partidos políticos), representação política, atitudes e comportamentos políticos e juventude na política. Tem publicado em revistas científicas como a *International Political Science Review*, *Transfer: European Review of Labour and Research* e na *West European Politics*. É coautor de *A Participação dos Jovens nos Municípios e os Conselhos Municipais da Juventude* (AEDREL, no prelo).

João Gabriel de Lima é doutorando em Política Comparada no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e investigador no Observatório da Qualidade da Democracia. É mestre em jornalismo, colaborador da revista *Piauí*, do jornal *O Estado de São Paulo* e da rádio *Nova Brasil*, além de professor na Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP). Os seus principais interesses de investigação são o debate público nas democracias, a participação política da sociedade civil e as diversas formas do autoritarismo contemporâneo. É autor de *O Burlador de Sevilha* (Companhia das Letras/São Paulo e Temas e Debates/Lisboa) e *Carnaval* (Editora Objetiva/Rio de Janeiro).

José Pedro Zúquete é investigador principal no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. A sua pesquisa concentra-se principalmente em política comparada, movimentos sociais e extremismo. Os seus livros anteriores incluem o *Routledge International Handbook of Charisma* (ed., Routledge, 2021).

Lúcio Hanenberg é doutorando em Política Comparada no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e bolsheiro de doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Mestre em Ciência

Política e Relações Internacionais pela Universidade Nova de Lisboa, onde também concluiu a licenciatura. Investigador do Observatório da Qualidade da Democracia, os seus principais interesses de investigação focam-se na competição partidária face a legados autoritários, assim como na polarização.

Luís Lobo-Fernandes é doutorado pela University of Cincinnati (1995). Professor catedrático (aposentado) de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade do Minho, titular da cátedra internacional Jean Monnet de Integração Política Europeia desde 2004. Antigo Fulbright scholar na The Henry M. Jackson School of International Studies – University of Washington, Seattle, e Calouste Gulbenkian fellow na School of Advanced International Studies (SAIS) – Johns Hopkins University, Washington DC.

Madalena Meyer Resende é investigadora do IPRI-UNL e professora auxiliar convidada no Departamento de Estudos Políticos da Universidade Nova de Lisboa. É doutorada em Ciência Política pelo Departamento de Governo da London School of Economics. Lecionou no Colégio da Europa de Natolin em Varsóvia e foi Gulbenkian Research Fellow no Center for European Policy Studies em Bruxelas. A sua área de investigação é a Política Europeia Comparada com principal foco na Europa Central e Oriental. É autora de *The Unintended Effects of Europe on Central and Eastern European Party Systems: Poland and Beyond* (2009) e de *Catholicism and Nationalism, Changing Nature of Party Politics* (2014).

Marcelo Camerlo é doutorado em Ciência Política pela Universidade de Florença e investigador principal no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Coordena os projetos de investigação «The Presidential Cabinets Project»; «The South European Governments Project»; e «Ciência Política à Portuguesa». É coordenador dos programas de estudos RSCool e METHODICS, do Programme Director of EuroSud Erasmus Mundus International Master e do Observatório da Qualidade da Democracia do ICS-IUL.

Marco Lisi é professor associado com agregação no Departamento de Estudos Políticos da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da

Universidade Nova de Lisboa, onde coordena a pós-graduação em Política e Cidadania Digital. É também investigador no IPRI-NOVA e membro do Conselho de Redação da revista *Relações Internacionais*. Os seus principais interesses de investigação são os partidos políticos, eleições, grupos de interesse, representação política e campanhas eleitorais, sobre os quais tem publicado vários artigos em revistas nacionais e internacionais. Participou em vários projetos nacionais e internacionais e a sua obra mais recente intitula-se *Partidos em Tempo de Crise* (Edições Sílabo, 2022).

Nelson Santos é doutorando em Política Comparada no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. O seu doutoramento debruça-se sobre a politização da União Europeia nos parlamentos nacionais, e é realizada no âmbito do projeto ERC MAPLE - Measuring the Politicization of the European Union. Os seus interesses de investigação compreendem a União Europeia, partidos políticos da esquerda radical e métodos computacionais aplicados às ciências sociais.

Pedro Silveira é professor auxiliar na Universidade da Beira Interior, investigador do Praxis-Ubi e do IPRI-NOVA e doutorou-se em Ciência Política na Universidade Nova de Lisboa. Os seus interesses de investigação incluem as elites políticas, o governo e a liderança política.

Pellegrino Cammino é investigador no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, onde trabalha como research and innovation officer. É doutorado em Política Comparada Europeia pela Universidade de Siena.

Raquel Rego é doutorada em sociologia pela Université Lille 1 (França) e, simultaneamente, pelo Iscte-IUL (2007), e pós-graduada em análise de dados em ciências sociais pelo Iscte-IUL (2021). Atualmente é investigadora auxiliar do ICS-ULisboa, leciona no programa interuniversitário em sociologia, OpenSoc, e no programa de doutoramento em Política Comparada e Relações Internacionais do ICS-ULisboa. Coordenou o projeto «REP – Representatividade dos parceiros sociais e o impacto na governança económica», financiado

pela FCT (2018-2022), e a edição do livro *The Representation of Workers in the Digital Era - Organizing a Heterogeneous Workforce* (Palgrave Macmillan 2022).

Roberto Falanga é investigador auxiliar no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Doutorou-se pela Universidade de Coimbra em «Democracia no Século XXI» em 2013 e, nos últimos anos, tem vindo a investigar as múltiplas vertentes da participação cívica na tomada de decisão. Destacam-se os seus contributos sobre orçamentos participativos, planeamento participativo, bem como monitorização e avaliação de processos participativos. Colabora com várias entidades públicas no desenho, realização e avaliação de iniciativas de envolvimento da sociedade civil. É membro de projetos nacionais e internacionais sobre temas relacionados com a participação cívica e atualmente lidera, no ICS-UL, dois projetos financiados pela Comissão Europeia sobre democracia participativa e deliberativa para objetivos sustentáveis. Coordena várias unidades curriculares em cursos de pós-graduação e é membro do conselho científico do programa de doutoramento em Estudos de Desenvolvimento na Universidade de Lisboa.

Sandrina Antunes é doutorada em Ciência Política pela Université Libre de Bruxelles, sendo *scientific fellow* desta instituição, e é professora auxiliar no Departamento de Ciência Política da Universidade do Minho. Colaborou com o Committee of the Regions e com a Assembleia das Regiões Europeias. Os seus interesses de investigação encontram-se na interseção da Ciência Política e dos Estudos Europeus. O seu trabalho científico foca-se sobretudo em movimentos regionalistas e nacionalistas na Europa.

Susana Salgado é investigadora principal no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (2020.04070.CEECIND/CP1615/CT0007). Coordena projetos de investigação, ensina e publica sobre comunicação política e temas diretamente relacionados como desinformação, o ódio e o extremismo *online*, polarização política, populismo, participação política, democracia e *media*.

VOZES

João Gabriel de Lima

O Observatório da Qualidade da Democracia: uma plataforma para o diálogo

ENTREVISTA A MARINA COSTA LOBO



Marina Costa Lobo

Durante a gestão da politóloga Marina Costa Lobo (2014-2019), o Observatório da Qualidade da Democracia consolidou uma vocação: estabelecer o diálogo entre interessados no tema – académicos, sociedade civil e imprensa – em países de língua portuguesa. Nesta entrevista, Marina Costa Lobo, que é doutorada em Ciência Política pela Universidade de Oxford e investigadora coordenadora no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, discorre sobre este tema e também sobre os desafios do estudo da qualidade da democracia nos dias atuais: os populismos, a ascensão da extrema-direita autoritária

nos países europeus e os retrocessos democráticos verificados em nações do espaço lusófono, como Angola, Moçambique e Brasil.

Como surgiu o Observatório da Qualidade da Democracia e quais os seus objetivos?

O ICS tem uma vocação central de investigação, mas também outra de comunicar à sociedade os resultados desses estudos. O Observatório da Qualidade da Democracia foi criado precisamente para servir de veículo de comunicação das investigações no ICS sobre o sistema político português – e, com isso, contribuir para o debate sobre a qualidade da democracia em Portugal. O fundador foi o Pedro Magalhães, primeiro presidente do Observatório da Qualidade da Democracia.

A intenção inicial era o foco em Portugal, mas ao longo dos anos esse foco expandiu-se. Como foi essa evolução?

A primeira publicação do Observatório foi o livro intitulado *A Qualidade da Democracia em Portugal. A Visão dos Cidadãos* (Pinto, Sousa, Magalhães 2013) resultado de um primeiro inquérito à opinião pública realizado na segunda década do século XXI. Penso que a ideia, então, era a de monitorização constante da opinião pública portuguesa, mas a falta de financiamento terá impedido essa regularidade. Quando eu me tornei presidente do Observatório, foi feito um esforço de observação da qualidade da democracia não só em Portugal, mas também noutros países de língua oficial portuguesa. Na época, pretendia-se criar uma rede de investigadores que trabalhassem nesses países e que se interessassem pela qualidade da democracia em português. Tendo em conta a falta de recursos, pensámos replicar o tipo de inquérito que fizemos em Portugal em países como Moçambique, Cabo Verde etc. Era um inquérito com peritos, algo que se faz também em língua inglesa – o Instituto V-Dem (Varieties of Democracy - <https://www.v-dem.net/>) faz isso.

Alguns desses inquéritos foram efetivamente feitos, e estão na plataforma, no site do Observatório da Qualidade da Democracia.

Nós conseguimos começar esse trabalho. Embora já exista um conjunto de índices sobre a qualidade da democracia, eles são todos em

inglês, há uma barreira linguística importante, e nós, em português, temos uma massa crítica suficientemente grande para tentarmos criar aqui uma conversa, um diálogo, entre investigadores de países de língua oficial portuguesa sobre a qualidade da democracia e a sua evolução. Isso tem um pouco a ver com o meu percurso académico, porque em 2009 publiquei junto com Octávio Amorim Neto o livro *O Semipresidencialismo nos Países de Língua Portuguesa* (Imprensa de Ciências Sociais). Nessa altura, juntamos um conjunto de investigadores e criou-se uma rede – informal, naturalmente – que acabou por ser a primeira rede de investigadores de Ciência Política em português que se interessam por esse tema. Paralelamente a isso houve também um momento em que a Guiné Equatorial quis tornar-se membro da CPLP. Eram uma das ditaduras mais repressoras da África e mais longevas. Essa tentativa de adesão à CPLP fracassou em 2010, embora já tenha sido integrada mais recentemente. De qualquer forma, em 2010 houve um movimento de investigadores e académicos e ativistas de ONGs que criticaram fortemente a adesão da Guiné Equatorial à CPLP. A partir desse momento ficou claro que existia uma rede de académicos interessados nas questões da qualidade da democracia em língua portuguesa. Aliás, o presidente Lula, nos seus mandatos anteriores, criou universidades que tinham como vocação a ligação a países de língua oficial portuguesa.

O Observatório nasceu focado em Portugal e caminhou para incorporar todos os países de língua portuguesa. Seria este, então, o seu caminho natural?

Sim, aquilo que pretendíamos fazer era criar uma rede *online* em que se trocassem *papers*, indicadores, índices, estudos, entre investigadores dos vários países, para criar um fórum de diálogo em língua portuguesa sobre os temas da qualidade da democracia.

Falamos no início da missão da universidade de devolver alguma coisa à sociedade, em termos de debate. Como fazer para que os achados do observatório atinjam o debate público nesses países?

Os índices da qualidade da democracia, quando são aplicados, podem suscitar um debate público no momento da apresentação dos resultados. A nossa ideia era criar um instrumento que fosse facilmente replicável para depois poder gerar debate dentro de cada país sobre a

qualidade da democracia, como ela se compara com outros países do espaço lusófono, como ela se compara com o mesmo país ao longo do tempo... É assim que temos trabalhado em Portugal e é assim que poderíamos gerar um debate em torno de temas como representação política, governabilidade, corrupção, todo o tipo de perceções sobre o funcionamento do sistema político, através desse instrumento.

Por que não usar índices já existentes, como o do V-Dem – que inclusive tem uma metodologia parecida, do inquérito com peritos – como pontos de partida? O que teria o índice do Observatório da Qualidade da Democracia a oferecer de diferente?

Nós reconhecemos que já existem outros índices e que eles são importantes. Mas não só tínhamos um guião diferente do guião do V-Dem, como os nossos inquiridos abrangiam um grupo mais alargado de peritos, nomeadamente académicos, jornalistas, e outros peritos sobre política que aceitassem participar no inquérito.

O conceito de qualidade da democracia tem evoluído, como observaram Diamond e Morlino na primeira década deste século, talvez na direção de definições mais maximalistas, englobando mais variáveis. Como entender a qualidade da democracia nos dias de hoje? Como é que a definição de qualidade democrática evoluiu?

Estamos diante de um enorme desafio enquanto politólogos, porque a partir da terceira vaga da democratização, que começou em Portugal com a Revolução de 1974, mas ganhou verdadeira dinâmica depois da queda do Muro de Berlim em 1989, temos um grande crescimento do número de regimes democráticos, com muita diversidade, e diversidade na qualidade da democracia. Há democracias formais, do ponto de vista da definição minimalista, da realização de eleições pluripartidárias, que continuam a cumprir os requisitos básicos da democracia, mas que depois falham num conjunto de outras variáveis, como seja a liberdade de imprensa, a independência judicial, o nível de corrupção, a integridade de instituições do Estado... Os politólogos, e quem se interessa pelo tema da democracia, tiveram de abandonar a visão estritamente minimalista de democracia, porque os autocratas neste momento existem muitas vezes em sistemas formalmente democráticos, mas que distorcem as instituições para torná-las, de facto, autoritárias. Por isso, a questão da qualidade da democracia tornou-se tão

importante. Muitos sistemas políticos formalmente mantêm-se como democráticos, realizam eleições periódicas num quadro de multipartidarismo, mas também incluem características que não podem ser consideradas democráticas.

Nesse sentido, o artigo publicado recentemente por Lübrmann e Lindberg (2019) fala precisamente sobre a terceira onda de autocratização. Esse artigo sugere que os institutos de monitorização da democracia passaram a ter uma importância maior ao atuar um pouco como sismógrafos, no sentido de captar os primeiros sinais de processos de autocratização. Concorda que os índices de qualidade democrática tenham mesmo essa função de alertar para os momentos em que a democracia começa a decair, provocando talvez um debate nos países em que isso acontece?

Esse papel de sismógrafos é desempenhado por um conjunto de atores, tal como os *media* independentes, os académicos, as instituições que trabalham sobre os direitos políticos, há muitas vozes que são importantes, e a sua força provem da sua multiplicidade. Nesse sentido, o Observatório da Qualidade da Democracia quis dar um contributo para um diálogo sobre o tema no espaço da lusofonia. A verdade, é que devido à falta de financiamento, ficou bastante curta a capacidade de implementação de estudos. No entanto, há um conjunto de trabalhos sobre opinião pública, processos parlamentares e corrupção em projetos de investigação no ICS, que colaboram pontualmente com o OQD, e que no meu entender contribuem globalmente para tornar o ICS um centro de conhecimento sobre a qualidade da democracia no espaço lusófono.

Dentro dessa evolução do conceito de qualidade da democracia, temos vários acontecimentos recentes que colocaram essa questão no centro do debate. Temos os populismos – os de direita são mais estudados, mas temos também os populismos de esquerda. Em que medida esses acontecimentos dentro da democracia afetam os conceitos de qualidade democrática?

Afetam bastante porque se inserem nesta terceira vaga de autocratização de que falamos, porque o populismo é um conjunto de posicionamentos antissistémicos que pode existir tanto à esquerda, quanto à direita. Desse ponto de vista, distinguiria entre aquilo que são críticas construtivas ao *status quo*, úteis para melhorá-la, de posicionamentos antidemocráticos que possam pôr em causa o próprio Estado de direito, nomeadamente o racismo, a vontade de prejudicar minorias

étnicas, a vontade de exclusão numa sociedade que é, por natureza, multicultural, as medidas iliberais do ponto de vista da independência dos *media*, a independência dos tribunais... Em países onde os líderes populistas de extrema-direita estão no poder já há muito tempo, como a Hungria, mas também a Polónia, a erosão democrática é inegável. Portanto, vejo com muita preocupação quando a direita radical chega ao poder num país como a Itália, como aconteceu recentemente, ou quando vemos que em França Marine Le Pen esteve relativamente próxima de vencer as eleições. Isso remete para um passado ainda recente de autoritarismos na Europa.

Voltando aos países de língua portuguesa. Vê também essa ameaça? São países muito diversos, que vão desde Cabo Verde, com uma democracia mais consolidada que a Guiné, por exemplo. Vimos também o exemplo do Brasil, um país que vinha num crescendo democrático mas recentemente perdeu pontos em qualidade democrática nos índices internacionais, configurando um processo de autocratização. Como vê esses processos? Existe alguma especificidade nas democracias de língua portuguesa, algo que as distinga?

Os países de língua portuguesa não passaram incólumes nessa terceira vaga da autocratização. Moçambique é talvez o caso mais difícil, porque estava num processo de consolidação democrática até meados dos anos 2010. Era um país onde havia a expectativa de que a abertura do sistema partidário pudesse dar origem a um período de estabilidade democrática, crescimento económico etc. Pelo contrário, hoje em dia Moçambique é um país com graves problemas económicos, políticos e de paz também. No caso angolano, também me parece que a transição do fim do José Eduardo dos Santos gerou uma enorme esperança, de certa forma desapontada com esta nova presidência, que não tem conseguido gerar a trajetória positiva que se esperava dela. Depois temos o caso do Brasil que, com a chegada de Bolsonaro, levou a que o maior país do espaço linguístico português tivesse um período de retrocesso democrático. Felizmente, as instituições democráticas brasileiras são resilientes, mostraram que têm força para sustentar um presidente que não respeita as instituições, mas as instituições obrigaram a que ele as respeitasse. Houve um processo eleitoral difícil, mas que foi respeitado também. Agora haverá o retorno a uma normalidade democrática em que se espera que seja possível que o Brasil volte ao

diálogo e ao interesse por esse tipo de temas, e que os investigadores e os colegas que temos no Brasil, que tiveram muito poucas oportunidades para se envolver neste tipo de debates, possam fazê-lo com mais recursos. Em relação aos países pequenos, Cabo Verde é o único caso de sucesso do ponto de vista da estabilidade democrática. São Tomé e Príncipe e a Guiné-Bissau são casos com mais dificuldades. E Timor também não tem tido um percurso fácil.

E Portugal?

Portugal também atravessou um período extremamente negativo a partir de 2009, no início da crise da zona do Euro, que levou ao terceiro empréstimo do FMI no período democrático. Isso abalou bastante as instituições políticas, abalou a confiança dos portugueses nas instituições. A partir de 2015, há uma certa recuperação do ponto de vista de atitudes, mas Portugal é uma democracia que tem muitas fragilidades tanto do ponto de vista do seu funcionamento, como do ponto de vista dos resultados que consegue produzir em relação à convergência europeia. Isso tem consequências negativas para a percepção da qualidade da democracia.

Como seria o relacionamento do Observatório da Qualidade da Democracia com outros observatórios como V-Dem, Freedom House e The Economist? Existe a ideia de fazer algum tipo de relação ou parceria?

Houve a vontade de criar um debate com maior profundidade entre os investigadores de língua portuguesa. Esse sempre foi o nosso âmbito e a nossa vocação.

No site do Observatório da Qualidade da Democracia há uma lista de instituições que configuram aquela rede de investigadores de língua portuguesa de que falamos aqui. Como veria as colaborações com essas instituições daqui para frente? Seriam mais instituições académicas ou as parcerias englobariam, por exemplo, instituições da sociedade civil?

Sem prejuízo da direção do OQD, que é quem deve definir essas questões, diria que o ICS serve de elo de ligação a um conjunto de investigadores que se interessam pelos temas da qualidade da democracia no espaço lusófono. A ideia subjacente é que Portugal é um país que tem uma história, e os politólogos devem atender às várias facetas da nossa identidade.

Quais facetas?

Eu tenho trabalhado muito a comparação de Portugal com outros países europeus. Mas nós não podemos entender Portugal como um país europeu *tout court*, devido à sua história. Há uma relação de proximidade histórica com os países de língua portuguesa, sobretudo em contextos pós-coloniais e de pertença à terceira vaga de democratização, que torna frutífero e interessante um diálogo entre todos.